



**BANEB CORRETORA DE SEGUROS S.A.**

CNPJ 14.560.304/0001-18

Sede: Avenida da França, 409 - 10º Andar - Salvador - BA

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas, as Demonstrações Contábeis da Baneb Corretora de Seguros S.A. ("Companhia"), relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia registrou Lucro Líquido de R\$ 445 mil, Patrimônio

Líquido de R\$ 12.650 mil e Ativos Totais de R\$ 13.096 mil. A política de dividendos da Companhia assegura o dividendo mínimo de 25% do Lucro Líquido aos acionistas, conforme previsto em seu estatuto social.

Codocamos-nos à disposição de V.Sas, para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Salvador, BA, 30 de janeiro de 2019,

Diretoria

**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais**

ATIVO	Exercícios findos em 31 de dezembro		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017		2018	2017
<b>CIRCULANTE</b>	<b>5.252</b>	<b>5.265</b>	<b>CIRCULANTE</b>	<b>269</b>	<b>349</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	5.252	5.265	Impostos e Contribuições a Reconhecer	9	11
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>7.844</b>	<b>7.572</b>	Dividendos a Pagar (Nota 8c)	106	197
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	7.834	7.562	Outras Obrigações (Nota 7)	154	141
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 14b)	7	34	<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>177</b>	<b>177</b>
Depósitos Judiciais (Nota 6)	7.827	7.528	Provisões para Contingências Fiscais (Nota 10b)	177	177
<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>10</b>	<b>10</b>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>12.650</b>	<b>12.311</b>
<b>TOTAL</b>	<b>13.096</b>	<b>12.837</b>	Capital		
			- De Demitidos no País (Nota 8a)	6.500	5.900
			Reservas de Lucros (Nota 8b)	6.150	6.411
			<b>TOTAL</b>	<b>13.096</b>	<b>12.837</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais**

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
<b>RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS (Nota 9)</b>	<b>192</b>	<b>279</b>
Impostos e Contribuições sobre Serviços (Nota 10)	(17)	(24)
<b>RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS</b>	<b>175</b>	<b>255</b>
<b>RECEITAS OPERACIONAIS</b>	<b>625</b>	<b>968</b>
Receitas Financeiras Líquidas (Nota 11)	625	968
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>227</b>	<b>216</b>
Despesas Tributárias (Nota 12)	1	3
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 13)	226	213
<b>RESULTADO ANTES DA DISTRIBUIÇÃO SOBRE O LUCRO</b>	<b>573</b>	<b>1.007</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 14a)</b>	<b>(128)</b>	<b>(176)</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>445</b>	<b>831</b>
Número de ações	766.274	766.274
Lucro Líquido básico por lote de mil ações em R\$	581,08	1.306,51

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Milhares de Reais**

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:</b>		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	573	1.007
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	(300)	(470)
Juros, Variações Monetárias Líquidas	(300)	(470)
<b>Lucro Líquido Ajustado</b>	<b>273</b>	<b>537</b>
(Aumento)/Redução em Outros Ativos	(52)	52
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	14	4
Imposto de Renda e Contribuição Social Compensados/Pagos	(51)	(215)
<b>Caixa Líquido Proveniente nas Atividades Operacionais</b>	<b>184</b>	<b>378</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:</b>		
Dividendos Pagos	(197)	(238)
<b>Caixa Líquido Proveniente nas Atividades de Financiamentos</b>	<b>(197)</b>	<b>(238)</b>
<b>(Aumento)/Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>(13)</b>	<b>140</b>
Início do Exercício	5.255	5.125
Fim do Exercício	5.252	5.265
<b>(Aumento)/Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>(13)</b>	<b>140</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
Em Milhares de Reais

**1) CONTEXTO OPERACIONAL**

A Baneb Corretora de Seguros S.A. é uma Companhia que tem por objetivo a corretagem dos diversos tipos de seguros, nos termos da legislação em vigor, além da prestação de todos os serviços técnicos e administrativos complementares e necessários ao desenvolvimento desta atividade. A Baneb Corretora de Seguros S.A. é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 30 de janeiro de 2019.

**2) PRÁTICAS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas da forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2018. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

**2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis**

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas contábeis brasileiras emitidas pelo Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC). As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis, conforme apresentadas na Nota 4.

**2.2) Moeda funcional e de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais.

**2.3) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa são utilizadas para gerenciamento de seu compromisso de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimento que apresentam risco insignificante de alteração no valor justo, uma vez que são prontamente convertíveis em dinheiro.

**2.4) Ativos financeiros**

No ano de 2018 a Companhia passou a aplicar o CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9) que contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros, onde a entidade baseia-se tanto no modelo de nego-

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
Em Milhares de Reais

Eventos	Reservas de Lucros				Lucros Acumulados	Totais
	Capital Social	Legal	Estatutária para Aumento de Capital	Estatutária para Aumento de Dividendos		
<b>Saldo em 31.12.2016</b>	<b>5.550</b>	<b>565</b>	<b>5.092</b>	<b>470</b>	-	<b>11.677</b>
Aumento de Capital (Nota 8a)	350	-	(350)	-	-	-
Lucro Líquido	-	-	-	-	831	831
Destinações: - Reservas	-	42	592	-	(634)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	(197)	(197)
<b>Saldo em 31.12.2017</b>	<b>5.900</b>	<b>607</b>	<b>5.334</b>	<b>470</b>	-	<b>12.311</b>
Aumento de Capital (Nota 8a)	600	-	(130)	(470)	-	-
Lucro Líquido	-	-	-	-	445	445
Destinações: - Reservas	-	22	317	-	(339)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	(106)	(106)
<b>Saldo em 31.12.2018</b>	<b>6.500</b>	<b>629</b>	<b>5.521</b>	-	-	<b>12.650</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais**

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>445</b>	<b>831</b>
<b>Total do Resultado Abrangente do Exercício</b>	<b>445</b>	<b>831</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

ções para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. Essa nova abordagem substituiu as categorias de ativos financeiros previstas no CPC 38 (IAS 39): (i) mensurados pelo valor justo por meio do resultado; (ii) investimentos mantidos até o vencimento; (iii) empréstimos e recebíveis; e (iv) disponíveis para venda.

O CPC 48 classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA - Patrimônio Líquido); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

**Mensurados a valor justo por meio do resultado**

Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado. São ativos mantidos pela Companhia com o propósito de negociá-los no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições, ou eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste SPPI. Os instrumentos financeiros derivativos, também, são categorizados como VJR.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período.

**Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes**

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros resultados abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a Outros resultados abrangentes, não tendo impacto no valor contábil bruto do ativo.

**2.5) Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros (Impairment)**

Os ativos não financeiros têm a mensuração da perda da seguinte forma: Os ativos, que estão sujeitos à amortização ou depreciação, são revisados para verificar seu valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda pela redução ao valor recuperável é reconhecida pelo excesso do valor contábil do ativo ou o valor contábil da sua Unidade Geradora de Caixa (UGC) sobre seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo deduzido os custos de venda.

**2.6) Provisões, ativos e passivos contingentes, e obrigações legais - fiscais e previdenciárias**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

- **Ativos Contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- **Provisões:** são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- **Passivos Contingentes:** de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas.



...continuação

## BANEB CORRETORA DE SEGUROS S.A.

CNPJ 14.560.304/0001-18

Sede: Avenida da França, 409 - 10º Andar - Salvador - BA

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

#### 2.7) Patrimônio Líquido

##### a) Lucro por ação

A Companhia apresenta dados de lucro por ação básico. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias adquiridas pela Companhia e mantidas em tesouraria.

##### b) Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia.

#### 2.8) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia.

O valor da receita é reconhecido e mensurado com segurança, quando do efetivo recebimento das corretagens pela Companhia.

#### Receitas Financeiras

As receitas financeiras são oriundas de juros sobre fundos de investimento, atualização monetária de tributos a compensar e atualização monetária de depósitos judiciais.

#### 2.9) Imposto de renda e contribuição social

A Companhia optou pela tributação através da modalidade do lucro presumido (32% da Receita Bruta, acrescido das receitas financeiras) que é uma forma de apuração simplificada para determinação da base de cálculo do IRPJ e da CSLL das pessoas jurídicas. Os referidos tributos são calculados considerando à alíquota-base de 15% sobre a base do lucro presumido, acrescido do adicional de 10% para o IRPJ e à alíquota de 9% para a CSLL.

A despesa com imposto de renda corrente é calculada como a soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro presumido do exercício (líquido de quaisquer ajustes previstos para fins fiscais) e das mutações nos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração do resultado.

#### 2.10) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata*) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base *pro rata*).

#### 3) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco, sendo que seu gerenciamento de risco é realizado por área técnica especializada da Organização, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

#### 4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Nas Demonstrações Contábeis foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possam risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas na nota 16b - Passivos Contingentes classificados como perdas prováveis e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias.

#### 5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro	
	2018	2017
Disponibilidades em moeda nacional (1).....	7	6
Fundos de investimento financeiros (2) .....	5.245	5.259
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa .....</b>	<b>5.252</b>	<b>5.265</b>

(1) Referem-se a depósito à vista; e

(2) Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimento Financeiros exclusivos aos integrantes da Organização Bradesco ou empresas ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Banco Bradesco S.A.

#### 6) DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Em 31 de dezembro	
	2018	2017
Depósitos judiciais .....	7.827	7.528
<b>Total .....</b>	<b>7.827</b>	<b>7.528</b>

Referem-se basicamente ao depósito judicial para garantia de Execução Fiscal ajuizada de R\$ 7.850 (2017 - R\$ 7.351), visando a cobrança de montantes a título de IRPJ e de CSLL, referentes ao ano-base de 1998, exercício 1999, com multa, juros e encargos do Decreto-Lei nº 1.025/69, cuja probabilidade de perda do processo, de acordo com a opinião de nossos assessores jurídicos é remota.

#### 7) OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Em 31 de dezembro	
	2018	2017
Edições e publicações.....	151	141
Outros .....	3	-
<b>Total .....</b>	<b>154</b>	<b>141</b>

#### 8) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

##### a) Composição do capital social em ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações ordinárias nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2018	2017
Ordinárias .....	766.274	766.274
<b>Total .....</b>	<b>766.274</b>	<b>766.274</b>

Em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária realizada em 30.04.2018, foi aprovada a proposta para o aumento do Capital Social no valor de R\$ 600 elevando-o de R\$ 5.300 para R\$ 6.500, sem emissão de ações, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reserva de Lucros - Reservas Estatutária", em conformidade com o disposto no Parágrafo Primeiro do artigo 169 da Lei nº 6.404/76.

##### b) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro	
	2018	2017
<b>Reservas de lucros .....</b>	<b>6.150</b>	<b>6.411</b>
- Reserva legal (1) .....	630	607
- Reserva estatutária (2) .....	5.520	5.804

(1) Nos termos da Legislação Societária, a Companhia deve destinar 5% de seu lucro oficial anual, após absorver as perdas acumuladas, a uma reserva legal cuja distribuição está sujeita a certas limitações. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar capital ou para absorver perdas, mas não pode ser distribuída na forma de dividendos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

##### c) Dividendos mínimos obrigatórios

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos que somados correspondam, no mínimo, a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei Societária. O cálculo dos dividendos relativos aos exercícios de 2018 e 2017 estão demonstrados a seguir:

	2018	% (1)	2017	% (1)
Lucro líquido do exercício .....	445		831	
Reserva legal .....	(22)		(42)	
<b>Base de cálculo .....</b>	<b>423</b>		<b>789</b>	
<b>Dividendos propostos .....</b>	<b>106</b>	<b>25,0</b>	<b>197</b>	<b>25,0</b>

(1) Percentual dos dividendos aplicado sobre a base de cálculo.

#### 9) RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
Receitas de comissões .....	192	279
<b>Total .....</b>	<b>192</b>	<b>279</b>

#### 10) IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOBRE SERVIÇOS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
PIIS .....	1	2
Cofins .....	6	8
ISS sobre comissões.....	10	14
<b>Total .....</b>	<b>17</b>	<b>24</b>

#### 11) RECEITAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
Rendimento de aplicação em fundos de investimento .....	325	499
Atualização monetária (1) .....	300	469
<b>Total .....</b>	<b>625</b>	<b>968</b>

(1) Referem-se à atualização de depósito judicial para garantia de Execução Fiscal.

#### 12) DESPESAS TRIBUTARIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
Impostos e taxas diversas (1) .....	1	3
<b>Total .....</b>	<b>1</b>	<b>3</b>

(1) Referem-se basicamente, taxas municipais.

#### 13) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
Edições e publicações.....	174	164
Serviços prestados .....	52	17
Contribuição sindical/patronal .....	-	6
Outras despesas administrativas .....	-	26
<b>Total .....</b>	<b>226</b>	<b>213</b>

#### 14) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) O Imposto de Renda e a Contribuição Social calculados com base no lucro presumido, no montante de R\$ 93 (2017 - R\$ 123) e R\$ 35 (2017 - R\$ 53) respectivamente, foram provisionados e registrados no resultado do exercício.

b) Os tributos a compensar ou a recuperar, no montante de R\$ 7 (2017 - R\$ 34), referem-se, substancialmente, a imposto de renda de exercícios anteriores e imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras e receitas de corretagem.

#### 15) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro		Em 31 de dezembro	
	2018	2017	2018	2017
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
<b>Caixa e equivalentes de caixa:</b>				
Banco Bradesco S.A. ....	7	-	6	-
<b>Dividendos a pagar:</b>				
Banco Bradesco S.A. ....	(106)	-	(197)	-
<b>Receitas de comissões:</b>				
Bradesco Vida e Previdência S.A. ....	-	192	-	279

##### b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A empresa é a parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Companhia.

#### 16) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

##### a) Ativos contingentes

Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes, porém existem processos em curso cuja perspectiva é provável.

##### b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Companhia é parte em processos judiciais fiscais, decorrentes do curso normal de suas atividades. Na Constituição das provisões é considerada a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similitude com processos anteriores, a complexidade e posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da Companhia entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

Com relação às obrigações Legais - Fiscais, a Companhia vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de tributos e contribuições (CSLL 1989/1989/1990), no montante de R\$ 177 (2017 - R\$ 177), os quais estão totalmente provisionados não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazo, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos, a baixa contábil do ativo/passivo irá ocorrer quando da confirmação operacional do levantamento do depósito pela União.

#### 17) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Companhia, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não possuía operações em Instrumentos Financeiros Derivativos;

b) CPC 47 - Receitas de Contratos com Clientes (IFRS 15) - requer que o reconhecimento da receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. O CPC 47 substitui o CPC 30 e o CPC17, bem como interpretações relacionadas, anexa ao CPC 30, IJPC 02 e IJPC 11. O CPC 47 está em vigor desde 1º de janeiro de 2018 e não houve impactos decorrentes da sua adoção;

c) CPC 06 (R2) - Leasing (IFRS 16) - As principais alterações são: (i) não há mais a classificação em leasing operacional e financeiro para os arrendatários; e (ii) todas as operações de arrendamento mercantil serão ativas e em contrapartida lançadas no passivo, devendo-se reconhecer juros passivos e depreciações/amortizações, utilizando-se o procedimento do atual leasing financeiro. O CPC 06 será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019 e a Companhia não identificou contratos de arrendamento em suas operações; e

d) Não houve outros eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2018.

### A DIRETORIA

Sílvia José Alves - Contador - CRC-1SP202567/O-5 S-BA

continua...



**BANEB CORRETORA DE SEGUROS S.A.**CNPJ 14.560.304/0001-18  
Sede: Avenida da França, 409 - 10º Andar - Salvador - BA**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. às Demonstrações Contábeis da Baneb Corretora de Seguros S.A. ("Companhia"), relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia registrou Lucro Líquido de R\$ 445 mil, Patrimônio

Líquido de R\$ 12.650 mil e Ativos Totais de R\$ 13.096 mil. A política de dividendos da Companhia assegura o dividendo mínimo de 25% do lucro líquido aos acionistas, conforme previsto em seu estatuto social.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Salvador, BA, 30 de janeiro de 2019.

Diretoria

**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais**

	2018	2017		2018	2017
<b>ATIVO</b>			<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
<b>CIRCULANTE</b>	5.252	5.265	<b>CIRCULANTE</b>	269	349
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	5.252	5.265	Impostos e Contribuições a Recolher	9	11
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	7.844	7.572	Dividendos a Pagar (Nota 8c)	106	197
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	7.834	7.562	Outras Obrigações (Nota 7)	154	141
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 14b)	7	34	<b>NÃO CIRCULANTE</b>	177	177
Depósitos Judiciais (Nota 6)	7.827	7.528	Provisões para Contingências Fiscais (Nota 16b)	177	177
<b>INVESTIMENTOS</b>	10	10	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	12.650	12.311
<b>TOTAL</b>	13.096	12.837	Capital		
			- De Domiciliados no País (Nota 8a)	6.500	5.900
			Reservas de Lucros (Nota 8b)	6.150	6.411
			<b>TOTAL</b>	13.096	12.837

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais**

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
<b>RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS (Nota 9)</b>	192	279
Impostos e Contribuições sobre Serviços (Nota 10)	(17)	(24)
<b>RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS</b>	175	255
<b>RECEITAS OPERACIONAIS</b>	625	968
Receitas Financeiras Líquidas (Nota 11)	625	968
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>	227	216
Despesas Tributárias (Nota 12)	1	3
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 13)	226	213
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>	573	1.007
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 14a)</b>	(128)	(176)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	445	831
Número de ações	766.274	766.274
Lucro Líquido básico por lote de mil ações em R\$	581,08	1.084,51

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Milhares de Reais**

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:</b>		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	573	1.007
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	(300)	(470)
Juros, Variações Monetárias Líquidas	(300)	(470)
<b>Lucro Líquido Ajustado</b>	273	537
(Aumento)/Redução em Outros Ativos	(52)	52
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	14	4
Imposto de Renda e Contribuição Social Compensados/Pagos	(51)	(215)
<b>Caixa Líquido Proveniente nas Atividades Operacionais</b>	184	378
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:</b>		
Dividendos Pagos	(197)	(238)
<b>Caixa Líquido Proveniente nas Atividades de Financiamentos</b>	(197)	(238)
<b>(Aumento)/Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	(13)	140
Início do Exercício	5.265	5.125
Fim do Exercício	5.252	5.265
<b>(Aumento)/Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	(13)	140

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Em Milhares de Reais

**1) CONTEXTO OPERACIONAL**

A Baneb Corretora de Seguros S.A. é uma Companhia que tem por objetivo a correção dos diversos tipos de seguros, nos termos da legislação em vigor, além da prestação de todos os serviços técnicos e administrativos complementares e necessários ao desenvolvimento desta atividade. A Baneb Corretora de Seguros S.A. é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 30 de janeiro de 2019.

**2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2018. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

**2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis**

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas contábeis brasileiras emitidas pelo Comitê de Planejamento Contábeis (CPC). As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis, conforme apresentadas na Nota 4.

**2.2) Moeda funcional e de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais.

**2.3) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa são utilizadas para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimento que apresentam risco insignificante de alteração no valor justo, uma vez que são prontamente convertíveis em dinheiro.

**2.4) Ativos financeiros**

No ano de 2018 a Companhia passou a aplicar o CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9) que contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros, onde a entidade baseia-se tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. Essa nova abordagem substituiu as categorias de ativos financeiros previstas no CPC 38 (IAS 39): (i) mensurados pelo valor justo por meio do resultado; (ii) investimentos mantidos até o vencimento; (iii) empréstimos e recebíveis; e (iv) disponíveis para venda.

O CPC 48 classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA - Patrimônio Líquido); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

**• Mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado. São ativos mantidos pela Companhia com o propósito de negociá-los no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições, ou eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste SPPI. Os instrumentos financeiros derivativos, também, são categorizados como VJR.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período.

**• Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes**

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros resultados abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a Outros resultados abrangentes, não tendo impacto no valor contábil bruto do ativo.

**2.5) Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros (Impairment)**

Os ativos não financeiros têm a mensuração da perda da seguinte forma:

Os ativos, que estão sujeitos à amortização ou depreciação, são revisados para verificar seu valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda pela redução ao valor recuperável é reconhecida pelo excesso do valor contábil do ativo ou o valor contábil da sua Unidade Geradora de Caixa (UGC) sobre seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Em Milhares de Reais

Eventos em 31.12.2016	Reservas de Lucros				Totais
	Capital Estatutário	Legal	para Aumento de Capital	Lucros Acumulados	
<b>Saldos em 31.12.2016</b>	5.550	965	5.092	470	11.677
Aumento de Capital (Nota 8a)	350	-	(350)	-	-
Lucro Líquido	-	-	-	-	831
Destinações - Reservas	-	42	592	-	(634)
- Dividendos	-	-	-	(197)	(197)
Propósitos	-	-	-	-	(197)
<b>Saldos em 31.12.2017</b>	5.900	607	5.334	470	12.311
Aumento de Capital (Nota 8a)	600	-	(130)	(470)	-
Lucro Líquido	-	-	-	-	445
Destinações - Reservas	-	22	317	-	(339)
- Dividendos	-	-	-	-	(106)
Propósitos	-	-	-	-	(106)
<b>Saldos em 31.12.2018</b>	6.500	629	5.521	-	12.650

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais**

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	445	831
<b>Total do Resultado Abrangente do Exercício</b>	445	831

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

o seu valor em uso e o seu valor justo deduzido os custos de venda.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

**2.6) Provisões, ativos e passivos contingentes, e obrigações legais - fiscais e previdenciárias**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;

• Provisões são constatadas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

• Passivos Contingentes de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como passivos, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas;

• Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

**2.7) Patrimônio Líquido****a) Lucro por ação**

A Companhia apresenta dados de lucro por ação básico. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias adquiridas pela Companhia e mantidas em tesouraria.

**b) Dividendos a pagar**

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia.

**2.8) Reconhecimento da receita**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia.

O valor da receita é reconhecido e mensurado com segurança, quando do efetivo recebimento das corretagens pela Companhia.

**Receitas Financeiras**

As receitas financeiras são oriundas de juros sobre fundos de investimento, atualização monetária de tributos a compensar e atualização monetária de depósitos judiciais.

**2.9) Imposto de renda e contribuição social**

A Companhia optou pela tributação através da modalidade do lucro presumido (32% da Receita Bruta, acrescido das receitas financeiras), que é uma forma de apuração simplificada para determinação da base de cálculo do IRPJ e da CSLL das pessoas jurídicas. Os referidos tributos são calculados considerando à alíquota-base de 15% sobre a base do lucro presumido, acrescido do adicional de 10% para o IRPJ e à alíquota de 9% para a CSLL.

A despesa com imposto de renda corrente é calculada como a soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro presumido do exercício (líquido de quaisquer ajustes previstos para fins fiscais) e das mutações nos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração do resultado.

**2.10) Outros ativos e passivos**

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base pro rata die) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base pro rata die).

**3) GERENCIAMENTO DE RISCOS**

A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco, sendo que seu gerenciamento de risco é realizado por área técnica especializada da Organização, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigido alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

**4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS**

As Demonstrações Contábeis foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possam risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas na nota 16b - Passivos Contingentes classificados como perdas provisórias e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias.

**5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	Em 31 de dezembro	
	2018	2017
Disponibilidades em moeda nacional (1)	7	6
Fundos de investimento financeiros (2)	5.245	5.259
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	5.252	5.265

(1) Referem-se a depósito à vista;

(2) Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimento Financeiros exclusivos aos integrantes da Organização Bradesco ou empresas ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Banco Bradesco S.A.

continua...

**BANEB CORRETORA DE SEGUROS S.A.**

CNPJ 14.560.304/0001-18  
Sede: Avenida da França, 409 - 10º Andar - Salvador - BA

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais**

**6) DEPÓSITOS JUDICIAIS**

	Em 31 de dezembro	
	2018	2017
Depósitos judiciais	7.827	7.528
<b>Total</b>	<b>7.827</b>	<b>7.528</b>

Refere-se basicamente ao depósito judicial para garantia de Execução Fiscal ajustada de R\$ 7.650 (2017 - R\$ 7.351), visando a cobrança de montantes a título de IRPJ e de CSLL, referentes ao ano-base de 1998, exercício 1999, com multa, juros e encargos do Decreto-Lei nº 1.025/69, cujo probabilidade de perda do processo, de acordo com a opinião de nossos assessores jurídicos é remota.

**7) OUTRAS OBRIGAÇÕES**

	Em 31 de dezembro	
	2018	2017
Ediais e publicações	151	141
Outros	3	-
<b>Total</b>	<b>154</b>	<b>141</b>

**8) PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

a) Composição do capital social em ações  
O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações ordinárias nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2018	2017
Ordinárias	766.274	766.274
<b>Total</b>	<b>766.274</b>	<b>766.274</b>

Em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária realizada em 30.04.2018, foi aprovada a proposta para o aumento do Capital Social no valor de R\$ 600 elevando-o de R\$ 5.900 para R\$ 6.500, sem emissão de ações, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reserva de Lucros - Reservas Estatutárias", em conformidade com o disposto no Parágrafo Primeiro do artigo 168 da Lei nº 6.404/76.

b) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro	
	2018	2017
Reservas de lucros	6.150	6.411
- Reserva legal (1)	630	607
- Reserva estatutária (2)	5.520	5.804

(1) Nos termos da Legislação Societária, a Companhia deve destinar 5% de seu lucro oficial anual, após absorver as perdas acumuladas, a uma reserva legal cuja distribuição está sujeita a certas limitações. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar capital ou para absorver perdas, mas não pode ser distribuída na forma de dividendos; e  
(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

c) Dividendos mínimos obrigatórios

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos que somados correspondam, no mínimo, a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei Societária.

	2018		% (1)		2017		% (1)	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Lucro líquido do exercício	445	-	831	-	445	-	831	-
Reserva legal	(22)	-	(42)	-	(22)	-	(42)	-
<b>Base de cálculo</b>	<b>423</b>	<b>-</b>	<b>789</b>	<b>-</b>	<b>423</b>	<b>-</b>	<b>789</b>	<b>-</b>
<b>Dividendos propostos</b>	<b>106</b>	<b>25,0</b>	<b>197</b>	<b>25,0</b>	<b>106</b>	<b>25,0</b>	<b>197</b>	<b>25,0</b>

(1) Percentual dos dividendos aplicado sobre a base de cálculo.

**9) RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS**

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
Receitas de comissões	192	279
<b>Total</b>	<b>192</b>	<b>279</b>

**10) IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOBRE SERVIÇOS**

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
PIS	1	2
Cofins	6	8
ISS sobre comissões	10	14
<b>Total</b>	<b>17</b>	<b>24</b>

**11) RECEITAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS**

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
Rendimento de aplicação em fundos de investimento	325	499
Atualização monetária (1)	300	469
<b>Total</b>	<b>625</b>	<b>968</b>

(1) Refere-se à atualização de depósito judicial para garantia de Execução Fiscal.

**12) DESPESAS TRIBUTÁRIAS**

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
Impostos e taxas diversas (1)	1	3
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>3</b>

(1) Refere-se basicamente, taxas municipais.

**13) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS**

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
Ediais e publicações	174	164
Serviços prestados	52	17
Contribuição sindical patronal	-	26
Outras despesas administrativas	-	6
<b>Total</b>	<b>226</b>	<b>213</b>

**14) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

a) O imposto de Renda e a Contribuição Social calculados com base no lucro presumido, no montante de R\$ 93 (2017 - R\$ 129) e R\$ 26 (2017 - R\$ 53) respectivamente, foram provisionados e registrados no resultado do exercício.  
b) Os tributos a compensar ou a recuperar, no montante de R\$ 7 (2017 - R\$ 34), referem-se, substancialmente, a imposto de renda de exercícios anteriores e imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras e receitas de corretagem.

**15) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	2018		2017	
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
<b>Caixa e equivalentes de caixa:</b>				
Banco Bradesco S.A.	7	-	6	-
<b>Dividendos a pagar:</b>				
Banco Alvorada S.A.	(106)	-	(197)	-
<b>Receitas de comissões:</b>				
Bradesco Vida e Previdência S.A.	-	192	-	279

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração  
A empresa é a parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Companhia.

**16) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS**

a) Ativos contingentes

Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes, porém existem processos em curso cuja perspectiva é provável.

b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias  
A Companhia é parte em processos judiciais fiscais, decorrentes do curso normal de suas atividades. Na Constituição das provisões é considerada a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similitude com processos anteriores, a complexidade e posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da Companhia entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado a obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

Com relação às obrigações Legais - Fiscais, a Companhia vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de tributos e contribuições (CSLL 1988/1989/1990), no montante de R\$ 177 (2017 - R\$ 177), os quais estão totalmente provisionados não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazo, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos, a baixa contábil do ativo/passivo irá ocorrer quando da confirmação operacional do levantamento do depósito pela União.

**17) OUTRAS INFORMAÇÕES**

a) A Companhia, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não possuía operações em Instrumentos Financeiros Derivativos;  
b) CPC 47 - Recolha de Contratos com Clientes (IFRS 15) - requer que o reconhecimento da receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. O CPC 47 substitui o CPC 30 e o CPC17, bem como interpretações relacionadas, anexa ao CPC 30, ICPC 02 e o ICPC 11. O CPC 47 está em vigor desde 1º de janeiro de 2018 e não houve impactos decorrentes da sua adoção;  
c) CPC 06 (R2) - Leasing (IFRS 16) - As principais alterações são: (i) não há mais a classificação em leasing operacional e financeiro para os arrendamentos; e (ii) todas as operações de arrendamento mercantil serão tratadas e em contrapartida lançadas no passivo, devendo-se reconhecer juros passivos e depreciações/amortizações, utilizando-se o procedimento do atual leasing financeiro. O CPC 06 será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019 e a Companhia não identificou contratos de arrendamento em suas operações;  
d) Não houve outros eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2018.

**A DIRETORIA**

Silvio José Alves - Contador - CRC-1SP202567/O-5 S-BA

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos Acionistas e aos Administradores da  
**Baneb Corretora de Seguros S.A.**  
Salvador - BA

**Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da Baneb Corretora de Seguros S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Baneb Corretora de Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, se for o caso, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará os eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conlujo, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequadas.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP028567/O-1 F-SP

Ossaco, 21 de março de 2019

André Dala Pola  
Contador CRC 1SP214007/O-2



Anuncie **5 dias** ou mais e dobre o tempo do seu anúncio nos classificados.

Canais de atendimento: (71) 3535-3035 (71) 99916-9284

